

As duras críticas de Bardella

O vice-presidente da Fiesp lamenta a "corja que está aí governando" e que nada tem a ver com Figueiredo: as autoridades econômicas.

— O presidente Figueiredo não merece essa turma que está aí governando... Acredito nele, tenho um compromisso moral com ele e diferencio o presidente do governo. Ele não tem nada a ver com essa corja que está aí...

O empresário e vice-presidente da Fiesp, Cláudio Bardella, em tom exaltado, não poupou os ministros da área econômica — no que foi apoiado, embora em termos mais discretos, por vários empresários que participaram, ontem, do almoço anual que a direção da Federação das Indústrias oferece à Imprensa.

E a opinião do empresário esteve em clara discordância com o discurso (veja abaixo) e as entrevistas do presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, que preferiu justificar o sigilo mantido pelos ministros em torno das negociações do Brasil com o FMI — o principal alvo das críticas de Bardella, que lembrou:

— Eu e mais quase 120 milhões de pessoas não sabemos o que foi tratado e assinado na Carta de Intenções (entregue ao FMI). O Celso (referindo-se a um artigo do professor de Direito da USP e empresário Celso Lafer, publicada no JT) usou o termo correto: também me deixa envergonhado o fato de se acertar negócios internos com organismos internacionais e não podermos saber quais foram os compromissos assumidos.

— Repito — ele insistiu — tenho vergonha.

Para Bardella, o segredo em torno das negociações com o FMI pode ser comparado às manipulações secretas do governo Nixon no escândalo Watergate — e isso, segundo ele, torna agora claro para nós o que os norte-americanos queriam exprimir quando falavam em shame (vergonha).

Poucos que mandam

Irônico, ele informou que a única redenção para esta Nação envergonhada seria "contradizer De Gaulle" (o ex-presidente francês disse certa vez, referindo-se ao Brasil: "Esse não é um país sério").

— Acho — Bardella corrigiu — que existem 119.999.900 pessoas sérias no Brasil e umas 100 que não são e mandam. Chegamos a tal situação que não dá mais para enganar. E esse — ele lamentou — é o único ponto positivo de toda a situação em que nos encontramos.

Ele lembrou, no meio empresarial, de Antônio Ermírio de Moraes — "uma pessoa muito séria neste país" — para afirmar que "há realmente muita gente séria no Brasil, só que elas são expurgadas". Ao

voltar a falar de Figueiredo, Bardella elogiou o trabalho político do presidente: "Ele está agindo onde pode, na área política; comeu muito sapo, engoliu muita estopa, mas não podemos exigir que ele seja um super-homem. E como uma empresa: ou se tem equipe ou não se toca a coisa".

Depois, Cláudio Bardella explicou esse grupo dos "100, que mandam", como fruto de uma aliança da tecnoburocracia com o sistema financeiro-especulativo. "Aliança que surge porque dá dinheiro; floresce na degradação, em todo o mundo." Reafirmou mais uma vez que o descrédito da palavra oficial é total "e isto é angustiante, porque leva a uma degradação tipo argentina". Chegou mesmo a dizer que, no período Geisel, "pelo menos sabíamos o que acontecia e havia uma perspectiva".

O vice-presidente da Fiesp negou que o grande problema do País seja as multinacionais. "Eu não



Luís Eulálio Vidigal

tenho medo de multinacional — disse Bardella — porque ela é mais democrática e negocia, faz muito mais acordo do que se pode imaginar. São mais competentes — prosseguiu — porque têm muita experiência e quem tem cacife para sentar numa mesa com eles, como



Cláudio Bardella

nós temos, descobre que são muito sérias."

A mesma opinião

O empresário e diretor da Fiesp, Paulo Francini, também reconheceu que o descrédito da palavra oficial do governo cresce entre

o empresariado. O presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas) e outro vice-presidente da Fiesp, Einar Kok, é da mesma opinião e afirma: "Essas idas e voltas (das afirmações governamentais) deixam o empresariado desorientado". Para ele, os empresários precisam saber o que foi negociado "e acreditar que o divulgado seja o que vamos ter de seguir, sem outros acordos laterais, para podermos nos pautar para o próximo ano".

Outro importante líder empresarial, José Mindlin, afirmou:

— Temos de insistir numa informação cabal sobre a real situação do balanço de pagamentos e dívida interna do País. É um direito da sociedade — prosseguiu — ter conhecimento desses elementos; e, aliás, essa informação é indispensável para que o empresariado possa planejar sua atitude e seus investimentos e até novas formas de desempenho para 1983, o

que também terá reflexos na situação de empregos no próximo ano.

José Mindlin lembrou que "o mínimo que se pode dizer das informações oficiais é que elas são desconcertantes, face às suas frequentes contradições". Mindlin criticou o fato de a crise do petróleo de 1973 ter sido ignorada no Brasil, "e que o País não tivesse seguido, a partir daí, uma política cautelosa", com relação ao endividamento externo. Para ele, não se trata agora de simplesmente mexer na lei salarial para escapar da situação atual. E afirmou:

— Hoje só mesmo com medidas de austeridade, que devem começar pelo governo através dos gastos públicos; depois dessas e outras medidas, então se pode falar em alterações na lei (salarial). Se não for assim, o povo ficará na rua da amargura...

Vidigal discorda

Vidigal, entretanto, justificou o sigilo das negociações com o FMI: "Trata-se de uma negociação onde eles sabem o que pode ser tornado público ou não". Isso porque, frisou o presidente da Fiesp, "se determinados termos de uma negociação forem tornados públicos podem prejudicar o processo".

Segundo Luís Eulálio, o que se precisava saber para fazer planos para o próximo ano ficou claro nas medidas divulgadas pelo CMN na semana passada, pois "o que consta do acordo com o Fundo está basicamente ali". Para Vidigal, "as condições são aquelas, onde o governo fez um pedido de US\$ 4,9 bilhões e o FMI condicionou um orçamento fiscal, monetário e das estatais".

Já Cláudio Bardella alertou para a difícil situação que o setor de bens de capital enfrenta, e que deverá ser pior em 1983, acrescentando que "não haverá quebra-quebra geral, porque aqui todos são complacentes e tudo vai-se quebrando aos pouquinhos". Ele defendeu, mais uma vez, a elaboração de um programa específico para o setor e, no plano geral, criticou a ausência permanente de uma política industrial para o País.

Vidigal também reconheceu que a situação desse setor é difícil, e que daqui para a frente terá de sobreviver com as exportações, "pois o resto que sobrou internamente é muito pouco". Vidigal afirmou que há quase um semestre, numa reunião entre ministros, entre eles o do Planejamento, Delfim Neto, e empresários do setor de bens de capital, ficou muito claro o que estava destinado para esse setor da indústria.